

Ano 22 • Número 29 • 27 de julho de 2020

Demanda interna é o maior entrave, mas indústria gaúcha projeta melhora

Recessão no RS pode ser de 18,2% em pior cenário

Saneamento básico e as empresas públicas no Brasil

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Demanda interna é o maior entrave, mas indústria gaúcha projeta melhora

Apesar da melhora, cenário ainda é muito negativo em junho.

A Sondagem Industrial do RS de junho e do 2º trimestre de 2020, divulgada pela FIERGS, descreve um cenário de melhora em relação aos meses anteriores, mas ainda muito negativo.

Após três meses de queda, a produção industrial gaúcha voltou a crescer em junho. Variando de 0 a 100 pontos, o indicador de junho alcançou 55,2, o que indica (acima de 50) alta em relação ao mês anterior. Esse foi o maior valor já registrado para o mês, que tem a média de 46,2 pontos (ou seja, a sazonalidade da produção é negativa em junho), por causa da baixíssima base de comparação dos meses anteriores. O emprego, com o índice de 45,1 pontos, recuou pelo quarto mês seguido.

Apesar da maior produção, a indústria gaúcha segue com ociosidade elevada. O grau de utilização da capacidade instalada-UCI atingiu 62,0% em junho, distante da média histórica do mês, de 67,7%. Da mesma forma, o índice de UCI em relação à usual foi de 35,8 pontos, ainda bem abaixo dos 50,0, marca alcançada quando as empresas a consideram no nível normal.

Nesse mês, o índice de estoques de produtos finais planejados atingiu 47,6 pontos. Abaixo dos 50,0 pontos, indica que ficaram abaixo do previsto pelas empresas.

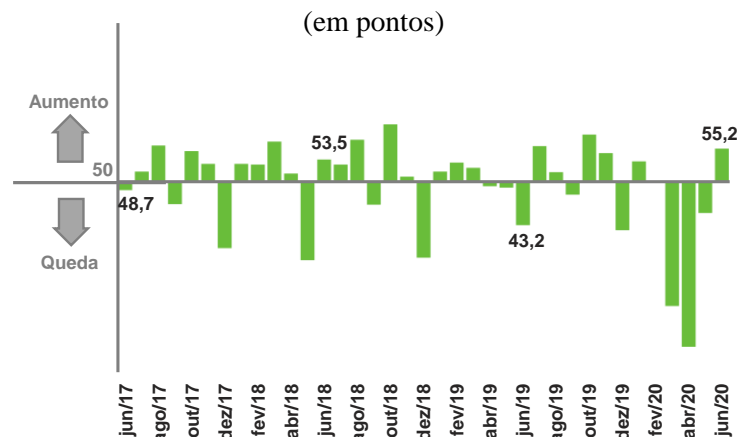
No bloco referente ao segundo trimestre, a Sondagem mostrou que os empresários gaúchos seguem insatisfeitos (índices de satisfação abaixo de 50,0 pontos) com a margem de lucro (35,2) e com a situação financeira da empresa (42,9), que ficou ainda mais adversa com a maior dificuldade de acessar o crédito (o índice 32,4) e com a alta nos preços das matérias-primas (64,9 pontos).

A Sondagem do segundo trimestre questionou os empresários gaúchos sobre os principais problemas enfrentados e o principal foi a demanda interna insuficiente, que recebeu 39,7% das respostas. A taxa de câmbio, com 32,5% das assinalações, foi o segundo entrave mais importante. A elevada carga tributária, que normalmente ponteia o ranking, caiu para o terceiro lugar, escolhida por 28,4% dos empresários (menor percentual da série). A inadimplência de clientes (26,8% das respostas) e a falta ou alto custo da matéria-prima (26,3%) também foram considerados pelos empresários como grandes obstáculos.

Com relação ao futuro, todos os indicadores de expectativas voltaram para o terreno positivo (acima dos 50,0 pontos). Isso significa que os empresários gaúchos esperam crescimento nos próximos seis meses para a demanda (56,0 pontos), para o emprego (50,7), para as compras de insumos e matérias-primas (52,8) e para as exportações (51,3).

O maior otimismo levou a um aumento na intenção de investir nos próximos seis meses, cujo índice cresceu de 37,6 em junho para 44,4 pontos em julho. Apesar disso, o valor segue abaixo da média histórica de 48,8 pontos, o que indica que a disposição para investir é baixa. Em julho de 2020, 46,1% dos empresários a demonstravam.

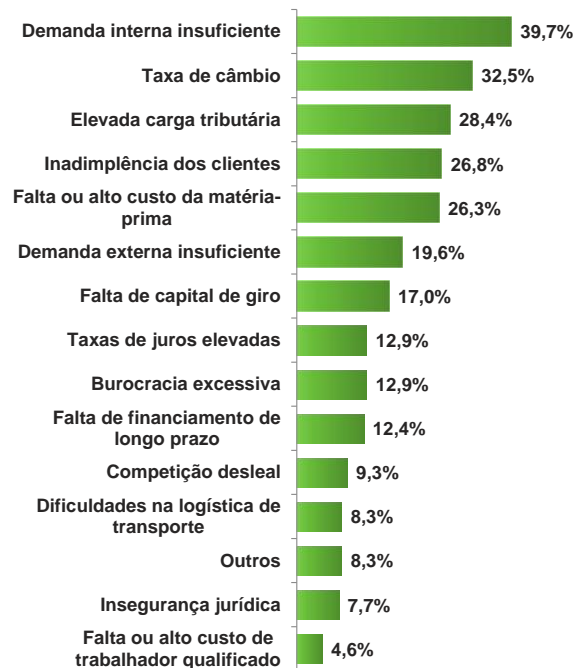
Índice de produção industrial do RS



Indicador varia no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento da produção frente ao mês anterior e abaixo, queda.

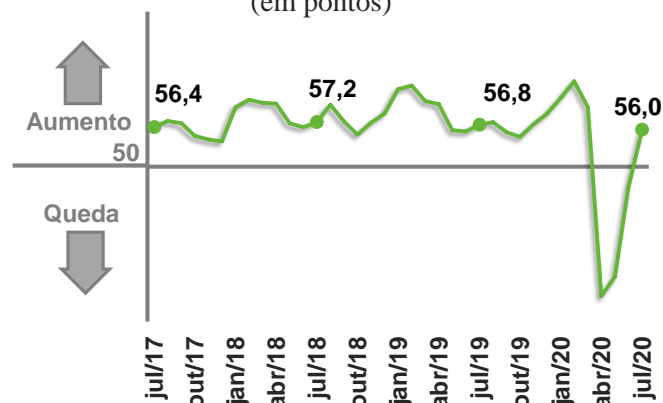
Principais problemas enfrentados no 2º trimestre de 2020

(Em % de respostas)



Índice de expectativas de demanda

(em pontos)



Indicador varia de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam expectativas de aumento e valores abaixo de 50 pontos expectativas de queda.

Fonte: UEE/FIERGS.

Recessão no RS pode ser de 18,2% em pior cenário

A Secretaria do Planejamento do Estado (SEPLAG) apresentou o resultado de modelos de projeção para o crescimento da economia gaúcha em 2020. São dois modelos, um baseado em dados de curto prazo e outro com base na estrutura produtiva, utilizando a estrutura da matriz insumo-produto. Não vamos entrar nos detalhes técnicos dos modelos, mas apresentar alguns dos principais resultados do estudo.

Utilizando o modelo de curto prazo foram elaborados três cenários: base, intermediário e pessimista. No cenário base, a premissa básica é que a tendência declinante do isolamento social será mantida, e os níveis de isolamento pré-pandemia são alcançados ao longo do ano. Nesse caso, o centro do intervalo de projeção é de uma queda de 10,1% para o PIB gaúcho nesse ano.

No cenário intermediário, considera-se que o isolamento social estabiliza nos patamares médios atuais até o final do ano, ou seja os níveis de isolamento pré-pandemia não retornam até dezembro. Nesse caso, a recuperação da economia é interrompida e o centro de intervalo de projeção aponta para uma retração de 14,1% no PIB do Estado. Por sua vez, no cenário pessimista o isolamento social aumenta seguindo tendência mais recente e os níveis de isolamento voltam a patamares observados em março. A persistência no isolamento agrava a recessão econômica e a queda do PIB pode alcançar 16,4%.

Para as previsões dos modelos que utilizam a estrutura da matriz insumo-produto foram considerados choques de oferta, para computar a queda da oferta agropecuária, e choques de demanda, medido pelo menor consumo de eletricidade e arrecadação de ICMS. Além disso, as simulações consideraram dois cenários para a duração da crise: 4 meses e 9 meses.

Considerando os resultados dos dois modelos, no cenário mais positivo o RS registrará uma queda de 6,5% no Valor Adicionado Bruto da economia. Já no caso mais negativo, o Estado registrará uma queda de 18,2%.

O intervalo de previsão em ambos os grupos de modelos é bastante elevado, tendo em vista a grande incerteza quanto à forma como o distanciamento social será conduzido nas próximas semanas ou meses. Entretanto, podemos ver que mesmo no caso mais otimista, a economia gaúcha pode registrar uma contração de 6,5% no PIB. A queda é mais intensa do que a projeção do Relatório Focus para o PIB nacional, -5,7%. Esse resultado é esperado na medida em que o RS enfrentou uma estiagem nesse ano, o que derrubou o PIB da Agropecuária. Além disso, a crise afetou a demanda dos mercados externos, e a economia do Estado, principalmente a Indústria, possuiu uma grande parte da sua produção destinada às exportações.

Saneamento básico e as empresas públicas no Brasil

A falta de condições minimamente adequadas de saneamento básico é um dos maiores problemas estruturais do Brasil. Na semana passada, o IBGE divulgou os dados de um levantamento específico sobre o assunto, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PNSB) 2017, que investiga serviços de abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário por rede coletora em entidades formais (com CNPJ) prestadoras desses serviços. Ou seja, é uma pesquisa pela ótica das empresas, com grande parte dos resultados divulgados por municípios. Foi a terceira edição da pesquisa – as anteriores foram realizadas em 2000 e 2008.

Entre os principais resultados, a pesquisa mostra que a cobertura do esgotamento sanitário por rede coletora passou de 55,2% (3.069 municípios) em 2008 para 60,3% (3.359 municípios) em 2017. Portanto, em 39,7% dos municípios do País não havia oferta do serviço. Além disso, há uma grande discrepância regional: enquanto no Sudeste a rede atendia a 96,5% dos municípios, no Norte esse percentual era de apenas 16,2%.

Quanto à prestação dos serviços, as empresas privadas estão presentes em 3,6% dos municípios no caso da distribuição de água, de modo que somente 200

idades tinham o serviço prestado por esse tipo de companhia. Nos demais municípios, o abastecimento era realizado, principalmente, pelas prefeituras e companhias de saneamento públicas. A proporção observada no abastecimento de água é, inclusive, inferior à registrada em 2008 (4,5%).

O serviço de esgotamento sanitário também era realizado principalmente por entidades públicas, dado que em apenas 3,1% dos municípios era prestado por empresas privadas. As prefeituras eram as executoras na maioria das cidades (46,2%). Mas esse número vem caindo ao longo dos anos, com o aumento da participação das Companhias Estaduais (41,6%) e das autarquias municipais, comumente denominadas Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAs), que atuavam em 11% das cidades.

Portanto, esses dados não trazem somente a dimensão do problema, mas mostram também uma oportunidade. O novo Marco Legal do Saneamento Básico, sancionado há duas semanas, estabelece metas para os índices de cobertura de água e esgoto. Para atingir esses níveis, os investimentos precisarão aplicar até R\$ 700 bilhões na área até 2033, o que significa mais do que quadruplicar o volume anual de investimento no setor.